DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XXI Nº 4572
17 de Fevereiro de 2023
Sexta-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENADSEF

# Governo fala em 9% de reajuste linear e servidores cobram que proposta seja formalizada

Na primeira reunião depois da reinstalação da mesa de negociação permanente com servidores federais, o governo fala em 9% de reajuste linear, como adiantado ao jornal Folha de São Paulo pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. Mas os servidores cobram formalização da proposta. "Palavras o vento leva", conto Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. Nessa quinta-feira, 16, a partir das 18 horas, Fonasefe e Fonacate se juntam em uma live onde analisamos a reunião de hoje e os próximos passos das decisões que já têm nova reunião confirmada para o dia 28 desse mês. Acompanhe www.youtube.com/live/AZyt5fAt2d0?feature=share

"A espera é de que as entidades recebam o mais rápido possível essa proposta formal para podermos avançar nesses debates tão urgentes para a categoria", pontuou Sérgio. Também à Folha, Dweck mencionou que a intenção do governo é que o reajuste seja aplicado já em abril. A ministra também mencionou intenção de realização de concursos já esse ano para premiação de força de trabalho no setor público. A Condsef/Fenadsef defende luta para que o orçamento previsto seja ampliado e para que o governo apresente também um pacote de reajuste para benefícios.

Além do auxílio-alimentação, a reclamação inclui outros, principalmente a dependência dos planos de saúde que abrangem ativos, aposentados e pensionistas. Vale lembrar que o Geap, plano de autogestão que atende a maioria dos servidores e seus familiares, anunciou aumento de 9% nas mensalidades.

A situação da maioria dos servidores do funcionalismo é de sete anos de arrocho e congelamento salarial. Só nos quatro anos de governo Bolsonaro, único em pelo menos vinte anos a não conceder qualquer reajuste ao funcionalismo, pois as perdas salariais são da ordem de 27%. Frente ao contexto, uma substituição emergencial segue prioritária com a espera de edição de Medida Provisória (MP) que garante o cumprimento imediato do que for negociado com representantes dos servidores do Executivo Federal.

Fonte: Condsef

SINDSEP
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

**ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO - FUNAI/MA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2023

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos estatutários e convida os servidores da Fundação Nacional do Índio – FUNAI/MA, para participarem da Assembleia por local de Trabalho, no dia 24 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas, no Auditório da FUNAI em São Luís, sito à Rua Agulhas Negras, Calhau, e de forma híbrida, Link da videochamada: https://meet.google.com/aty-iyje-ncs, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Informes e 2 – Apresentação, discussão e aprovação da Proposta do Plano de Carreira Indigenista pela CONDSEF.

São Luís - MA, em 17 de Fevereiro de 2023.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.

# STF nega ação do PT e torna constitucional impedir concurso público para endividado

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou ser constitucional que pessoas endividadas, com dívidas em atraso, possam ser impossibilitadas de participar de concursos públicos e licitações e também que elas possam ter apreendidas a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e seus passaportes. A decisão, referendada pela maioria dos ministros no último dia 10, foi divulgada nesta quarta-feira (15).

As apreensões de bens materiais e restrições são previstas em dispositivo do Código de Processo Civil (CPC) e podem ser autorizadas pela Justiça para "assegurar o cumprimento de ordem judicial".

**PT queria garantir direitos aos endividados**

O aval do Supremo foi a resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida em 2018 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que questionava a legalidade das medidas coercitivas. O PT apontava que alguns juízes, para pressionar a quitação das dívidas, estavam determinando o confisco da documentação dos devedores. Segundo o partido, a medida coercitiva "não pode se dar sob o sacrifício de direitos fundamentais".

Embora tenha votado pela improcedência do pedido, o relator da ação no STF, ministro Luiz Fux, concordou que o magistrado, ao aplicar as determinações, deve "obedecer aos valores especificados no próprio ordenamento jurídico de resguardar e promover a dignidade da pessoa humana".

Ainda de acordo com Fux, a medida não pode "avançar sobre direitos fundamentais". E deve também "observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade".

**STF limita bloqueios a outros devedores**

Pela decisão do STF, endividados por compra de alimentos, por exemplo, estão livres da apreensão de CNH e passaporte, caso os tenham. Os débitos de motoristas profissionais também não poderão ser alvos das medidas coercitivas. O relator também destacou que a adequação das sanções deverão ser analisadas caso a caso. E qualquer abuso na sua aplicação poderá ser coibido mediante recurso.

Hoje, por lei, independentemente de sua origem, qualquer dívida poder ser cobrada judicialmente, caso o devedor não responda a alternativas tentadas para dar fim ao débito. Único voto contrário à decisão, o ministro Edson Fachin destacou o entendimento que as apreensões e restrições deveriam valer apenas para dívidas relacionadas a pensões alimentícias.

**Recorde de endividados em 2022**

Em 2022, os indicadores de inadimplência e endividamento no país bateram recorde. A cada 100 famílias brasileiras, pelo menos 78 estavam com débitos em aberto. É o que revelou a última pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em janeiro deste ano, 29,9% delas seguiam inadimplentes. O temor, segundo especialistas, é que o recorde seja novamente quebrado neste ano, diante dos juros elevados e dos mais pobres recorrendo a créditos para fazer frentes a despesas do dia a dia.

Em resposta ao problema, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende anunciar, ainda neste mês, o programa Desenrola, de renegociação de dívidas.

Fonte: CUT

## AVISO

SINDSEP MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

O SINDSEP/MA informa aos seus filiados, associados e sociedade em geral, que em virtude do período de carnaval, o horário do expediente no dia 17/02/2023 será de 08:00 às 12:00h e que nos dias 20, 21 e 22/02/2023 **NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE**, retornando as nossas atividades normais no dia 23/02/2023.

**A DIREÇÃO**

**EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA**
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
*Presidente:* João Carlos Lima Martins *Secretaria de Comunicação:* Joanilde Pires Pereira, Marcos José Costa Ferreira e Maria de Fátima Santos Moraes
*Assessor:* Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais*: Rafael Costa